

4507433

# União facilitará posse de seus terrenos nas cidades

Brasília — Todos os terrenos devolutos da União nas cidades de pequeno, médio e grande porte serão titulados para facilitar a ocupação legal dos posseiros e atuais moradores, que poderão construir suas casas pelo Sistema Financeiro da Habitação. A medida, anunciada pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, faz parte da política nacional de desenvolvimento urbano, cujo projeto será encaminhado ao Congresso para aprovação no próximo ano.

Outras medidas já propostas pelo Ministro em anteprojetos encaminhados ao Palácio do Planalto são: a instituição do usucapião urbano de cinco anos, a adoção do sistema de solo criado, o direito de superfície, a construção obrigatória em terrenos baldios e os aumentos progressivos dos impostos predial e territorial urbanos.

gir cerca de três mil municípios) e o da casa rural, em convênio com o Ministério da Agricultura.

O programa da casa rural, de acordo com o Ministro, deverá ter dimensões semelhantes às do Promorar — programa de erradicação de favelas — com prestações as mais baixas possíveis e prioridade absoluta para o Nordeste.

Citou exemplos de como poderá processar-se a aquisição da casa rural: "Se um fazendeiro tem, digamos, 10 peões, ele pode reservar uma área e solicitar financiamentos do BNH. Ou pode haver casos em que ele ceda terrenos e os próprios interessados, em grupo, procurem este financiamento. Para o caso dos bóias-frias, nós ainda estamos estudando a possibilidade da criação de novas agrovias".

LEGISLAÇÃO

## Igreja decide doar terra em Juiz de Fora

Belo Horizonte — A arquidiocese de Juiz de Fora, município com 11 mil 287 quilômetros quadrados, dos quais cerca de 1 mil pertencem à Igreja, decidiu dar o exemplo: está realizando um levantamento de todas as terras da Igreja na região — 90% em áreas urbanas — para vendê-las ou doá-las às famílias que atualmente trabalham a terra ou a ocupam.

O vigário-geral, Monsenhor Eurico Veloso, informou que está sendo feito um levantamento das posses imobiliárias da Igreja em 31 municípios da arquidiocese, com o objetivo de "legalizar as terras, com bases reais, sem especulação ou interesses comerciais". A decisão é do Arcebispo Dom Juvenal Roriz, que viajou para Vitória para assistir hoje à posse do novo Arcebispo coadjutor, Dom Silvestre Scandian.

O trabalho de levantamento começou pelas buscas nas escrituras em diversas cidades de Minas e se estenderá a cartórios de registro do Rio de Janeiro, pois para a criação das primeiras igrejas era necessária ordem direta do Imperador, que habitava a Capital do país, na época o Rio. Serão feitos levantamentos também em Mariana, nas proximidades de Ouro Preto e na antiga Palmyra, hoje Santos Dumont.

## Bispo pede taxa para especuladores do solo

São Paulo — A criação de leis que fixem taxas "exorbitantes para os proprietários de terras de especulação imobiliária ou que não tenham destinação social" foi defendida pelo Bispo-Auxiliar de São Paulo, D Angélico Sândalo Bernardino, membro da comissão representativa da Regional Sul-1 da CNBB, que iniciou à noite sua assembleia em Itaipu.

Antes da abertura da assembleia — que inclui entre os temas o uso do solo urbano — D Angélico classificou de "vergonha nacional" os problemas fundiários no país e observou que as iniciativas do Governo de reduzir os prazos de usucapião "devem ser aplaudidas, embora se deva salientar que

só uma reforma agrária solucionara o problema do uso e propriedade do solo no Brasil".

A Regional Sul-1 deverá enviar subsídios à direção nacional da CNBB, já que o tema da assembleia-geral de fevereiro será a questão do solo urbano. Na assembleia regional, que vai até domingo, os bispos do Estado debaterão, ainda, a catequese e uma moção de solidariedade à Igreja do Araguaia, onde foram presos os dois padres franceses. Como Bispo-Auxiliar de São Paulo, o secretário-geral da CNBB, D Luciano Mendes de Almeida, deverá fazer, na assembleia, um relato dos últimos acontecimentos que envolveram a Igreja.

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
AOS ADVOGADOS

Com o objetivo de estimular o debate e de se obter o maior número possível de contribuições, o Diário Oficial da União, nº 200, de 21.10.81, págs. 19923/5, publicou anteprojeto de lei que "altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11.01.73, que instituiu o Código de Processo Civil".

Fiel à sua atribuição legal de pugnar "pela rápida administração da justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas" (art. 18, I), a OAB/RJ convoca os advogados do Estado do Rio de Janeiro — especialmente os estudiosos do direito processual civil — a oferecer suas críticas e sugestões, encaminhando-as ao relator designado, Cons. Carlos Maurício Martins Rodrigues, para a "Casa do Advogado", Av. Mal. Câmara, 210, 6.º andar, ou para a Subseção Regional, no Palácio da Justiça (Forum), 3.º andar, corredor D, sala 308 ou 310. Prazo até 30 (2.ª feira) de novembro corrente.

FRANCISCO COSTA NETTO Presidente

## OBJETIVOS

Acompanhado pelo presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano, Militão de Moraes Ricardo, o Ministro do Interior anunciou, em entrevista, as inaugurações que fará hoje em Vitória — entrega de sete mil casas — como parte do programa especial das cidades de porte médio.

Ao mostrar slides de favelas e palafites da capital capixaba, que já foram extintas ou deverão ser nos próximos anos, Andreazza falou do empenho do Governo em traçar uma política urbana para todo o país. O objetivo é distribuir melhor a população das cidades — fornecendo a infraestrutura e serviços básicos — oferecer condições para os migrantes e gerar empregos.

São 140 as cidades brasileiras atualmente beneficiadas pelo programa especial, com uma população que varia entre 200 mil e 700 mil habitantes. Até 1983, serão investidos no programa 200 milhões de dólares, com financiamento do Banco Mundial.

De acordo com o Ministro Mário Andreazza, os programas de urbanização de favelas e construção de moradias para a população de baixa renda em terrenos do Estado procuram antecipar-se às invasões e evitar especulação, "como ocorreu em São Paulo, com um invasor de carro próprio, que loteou cinco áreas" — afirmou Militão. "Isto é a indústria da favela", acrescentou.

Entre os programas que o Governo pretende criar na área social antes das eleições de 1982, Andreazza espera iniciar em janeiro o programa especial para as cidades de pequeno porte (que deverá atin-

Quando às dificuldades financeiras, de pessoal técnico e de ordem institucional e legal que a política nacional do desenvolvimento urbano enfrentará na sua execução, o presidente do CNDU espera criar uma legislação federal para facilitar a atuação dos municípios — como já auxiliaram os decretos que definem áreas de poluição e regiões metropolitanas.

Esta nova legislação definirá o que é política urbana, distinguirá setores de competência para executá-la e fornecerá os mecanismos necessários. Entre os principais, Militão de Moraes Ricardo apontou o usucapião de cinco anos e o direito de preferência por lei municipal para os que já ocupam terrenos em litígio.

O anteprojeto examina a hipótese de adoção do sistema do solo criado, já adotado em alguns países da Europa, segundo o qual imóveis construídos em área acima de um determinado limite devem pagar uma taxa de excesso ao município, e ser dotados dos equipamentos de infraestrutura necessários.

O aumento dos impostos predial e territorial urbanos será confirmado quando a política urbana e o usucapião de cinco anos forem adotados para evitarem a permanência de terrenos vazios nas cidades e fornecer recursos para as desapropriações necessárias ao programa de moradias populares.

Finalmente, estuda-se, ainda, de acordo com Militão, a adoção do direito de superfície: haveria assim o direito real de ocupação, mediante acordo, sem significar propriedade plena. Seria quase como um arrendamento especial, válido tanto para terrenos do Estado como particulares.

## BNH representará os favelados na Justiça

O Ministro Mário Andreazza esclareceu que o Banco Nacional da Habitação atuará como delegado dos posseiros urbanos (favelados, invasores), investido por força de lei para representá-los na Justiça.

A administração do usucapião urbano ficará a cargo das associações, cooperativas e entidades constituídas por favelados, como as que já existem em várias capitais do país. De acordo com o Ministro a participação do BNH nos processos de concessão de lotes com

mais de cinco anos de ocupação tem o objetivo de evitar qualquer morosidade na Justiça e apressar o rito processual sem turbar a posse dos favelados enquanto se aguarda a titulação da propriedade.

O mesmo procedimento será adotado no projeto de lei sobre o usucapião rural, que já se encontra no Congresso e prevê um rito sumário para a solução de casos já comprovados de ocupação há mais de cinco anos.

## Abi-Ackel insiste em apuração de conflito

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, reiterou à Polícia Federal a determinação de apurar os incidentes entre posseiros e proprietários de terras na região de Xinguarana, a 15 quilômetros do Município de Conceição do Araguaia, onde até agora, em quatro conflitos armados, já morreram quatro pessoas e 10 ficaram feridas.

Há cerca de um mês, levadas

pelo Deputado Airton Soares (PT-SP), três mulheres de posseiros da região denunciaram ao Ministro da Justiça atos de violência praticados pelos proprietários das terras, "acobertados por policiais". Imediatamente Abi-Ackel determinou à Polícia Federal que tomasse todas as providências para pôr fim aos conflitos armados na área.

feitos levantamentos também em Mariana, nas proximidades de Ouro Preto e na antiga Palmyra, hoje Santos Dumont.

O assessor para assuntos de patrimônio da arquiocese de Juiz de Fora, Sérgio Roberto Blassioli, disse que no Município de Santana do Deserto já estão sendo feitos estudos para encontrar o melhor modo de efetuar esses contratos e doações. Afirmou que dos 99 lotes disponíveis, com uma área total de 100 mil metros quadrados, 33 já foram negociados, com o preço variando de acordo com as necessidades de cada pessoa. O metro quadrado, vendido normalmente a uma média de Cr\$ 1 mil, foi negociado entre Cr\$ 60 e Cr\$ 120.

— Respeitemos a lei em primeiro lugar, caso seja aprovado o projeto de redução do usucapião encaminhado ao Congresso. Mas estaremos paralelamente desenvolvendo este plano de legalização de terras na arquiocese, pois se o projeto do usucapião for aprovado da forma como está não abrangerá os terrenos da Igreja, já que a Igreja goza de imunidade no pagamento de imposto territorial e, para requerer o usucapião, o possessor tem que pagar o imposto, ter posse pacífica e estar cultivando a terra — comentou Sérgio Blassioli.

## Manifestação reúne lavradores de Macacu

Com faixas que pediam justiça, diante de um palanque improvisado entre a igreja e o destacamento da Polícia Militar, no distrito de Papucais, cerca de 200 agricultores de Cachoeira de Macacu participaram de uma manifestação para levar ao INCRA suas reivindicações.

Querem a permanência das 23 famílias de posseiros nas terras da Fazenda São José da Boa Morte; o assentamento de agricultores inscritos no sindicato do município; prioridade para as 89 famílias que, depois de ocuparem parte das terras em 79, foram expulsas pela polícia, e a inclusão, na área desapropriada, de parte da fazenda reivindicada por "pseudo-empresas rurais".

Em Cachoeira de Macacu há cerca de 2 mil famílias de agricultores sem terra, de acordo com levantamento do Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Pastoral da Terra. Destas, 870 se inscreveram no sindicato como candidatas às terras da Fazenda São José da Boa Morte. Desapropriada pelo Governo no início de 64 e devolvida aos proprietários anos depois, a fazenda está sendo novamente desapropriada pelo INCRA.

Há pouco mais de um mês, o INCRA começou a entrevistar agricultores da região para selecionar as 500 famílias que serão assentadas na fazenda. O sindicato e a Federação dos Trabalhadores Rurais reclamam, porém, que não foram informados dos critérios da escolha e divisão das terras. Por isso, desconfiam que as terras poderão ser entregues a pessoas estranhas à região e ao trabalho da terra.

Na Fazenda São José da Boa Morte, vivem atualmente dois grupos de trabalhadores rurais: um é formado por 23 famílias que estão no local há mais de quatro anos, com uma produção grande de cereais, verduras e legumes, e o outro por 10 famílias há pouco tempo na fazenda, a serviço das empresas rurais.